



PORTO VELHO:

limites de uma territorialidade amazônica

Carolina M. de Hollanda (Universidade Federal de Rondônia)

Tatiane Emilio Checchia (Universidade Federal de Rondônia)

RESUMO GERAL

Porto Velho sempre foi permeado por diferentes ciclos econômicos, que contribuíram para um aumento populacional expressivo e para uma expansão urbana desordenada, marcada por fortes conflitos fundiários. Em plena revisão de seu Plano Diretor Participativo, as falas se dirigem, especialmente, ao questionamento do modo de construção e de transformação do município. A mesa será composta por Luiz Fernando Novoa, da Universidade Federal de Rondônia; Diogo Henrique Costa Fonseca, da Prefeitura Municipal de Porto Velho; Antonio Balau, do Conselho de Arquitetura e Urbanista de Rondônia; Regina Morão, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia; e de Emanuel Meirelles, do Conselho Municipal da Cidade de Porto Velho. O cerne das cinco discussões recai sobre o processo de consolidação da urbe amazônica; as possibilidades do uso de seus recursos naturais; a flexibilização dos direitos territoriais; e a mobilidade, evidenciando as particularidades dessa região amazônica.

RESUMO EXPANDIDO

A Região Norte do Brasil, segundo pesquisa publicada pelo portal do Governo Federal em 11/06/2018, apontou que esta foi a região do país que mais cresceu no ano de 2017, tendo também crescido oito vezes mais que o Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Por outro lado, Bertha Becker (2015) já apontava, em Rondônia, um crescimento demográfico explosivo entre as décadas de 1970 e 1980.

Tendo em vista este crescimento em toda a região, e, nos direcionando de forma mais específica para o estado de Rondônia, considerando sua dinâmica tão específica de ocupação e suas diversas práticas sociais e econômicas, o grupo de pesquisa "*Cidades Amazônicas: sustentabilidade e inovação tecnológica*" - do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de Rondônia - foi criado com o intuito de unir pesquisadores em torno do estudo, que tem por princípio o trabalho em conjunto de áreas afins, prezando pela interdisciplinaridade no desenvolvimento de pesquisas. Formado por alunos, professores e profissionais de diferentes instituições, tem como principal objetivo a produção acadêmica e projetual direcionadas para análise urbanística e ambiental, principalmente. Para isso, conta com a participação de engenheiros/as civis, arquitetos/as urbanistas, geógrafos/as, e cientistas sociais. A proposta desta Sessão Livre decorre, portanto, da junção de diversos atores que atuam neste município da região da Amazônia: Porto Velho.

Desde seu surgimento, Porto Velho sempre foi permeado por diferentes ciclos econômicos, que contribuíram, em momentos diferentes da sua história, para um aumento populacional cada vez mais expressivo e para uma expansão urbana desordenada, marcada



por fortes conflitos principalmente, fundiários. Essa urbanização progressiva, que tem gerado grandes impactos em sua conformação, como a ocupação extensiva, a ausência de saneamento básico, a contaminação dos rios, a interferência na cultura do modo de viver tradicional da região ribeirinha, as grandes obras de infraestrutura tais como as hidrelétricas, portos, hidrovias, ferrovias e estradas; o impacto ambiental, a mobilidade, e, finalmente, a gestão participativa e democrática da cidade são questões cruciais na preservação e na reconquista do espaço urbano e rural do município, e portanto, o mote dessa sessão.

Como um de seus maiores problemas, por exemplo, as enchentes e alagações estão na ordem do dia em Porto Velho. Tais ocorrências podem ser interpretadas como consequência dos ditos “desastres naturais”. Todavia, não é difícil perceber que, ano após ano, estes eventos estão se tornando cada vez mais frequentes e, suas consequências, mais graves em decorrência da ação humana sobre o ambiente. Nesse caso, evidencia-se a forma com que o homem transforma o espaço e, muitas vezes, torna-o vulnerável aos fenômenos naturais. Adicionado a este fato, e com gravidade e magnitude semelhantes, a cidade enfrenta problemas no sistema habitacional, transportes, saúde, educação e segurança pública; selando, por fim, toda essa problemática, temos como pano de fundo, a grave desordem do uso e ocupação do solo.

A proposta temática aqui apresentada foi delineada, portanto, com o objetivo de contribuir para o debate sobre os diferentes processos de produção e de planejamento do espaço urbano pelos quais o município passou, tendo como argumento central o questionamento dos limites e os fatores limitadores do município de Porto Velho, considerando os diferentes ciclos econômicos estabelecidos no percorrer da história do estado de Porto Velho. Em pleno momento de revisão de seu Plano Diretor Participativo, as falas se dirigem, especialmente, ao questionamento do modo de construção do município, e qual sua legitimidade enquanto processo de identificação com as características locais. Por vezes, os projetos de urbanização realizados pouco tem a contribuir ou mesmo prejudicam o avanço do desenvolvimento do município.

A mesa será composta a partir de cinco exposições que se complementam, tendo como enfoque a questão ambiental, arquitetônica, urbanística, social e econômica. O cerne de todas as cinco discussões recai, principalmente, sobre o processo de consolidação da urbe amazônica; as possibilidades do uso de seus recursos naturais; a flexibilização dos direitos territoriais; e a mobilidade. Evidentemente, todas essas abordagens procuram evidenciar as particularidades próprias dessa região, que interage de forma significativa com a floresta e com o meio ambiente.

A primeira apresentação se inicia com Luiz Fernando Novoa, da Universidade Federal de Rondônia, sob o título *“O custo Amazônia e a supressão de direitos territoriais”*, abordando as problemáticas sociais e econômicas relacionadas à questão territorial, abrindo, de forma mais ampla a discussão sobre as limitantes da região do município de Porto Velho.

Em seguida, Diogo Henrique Costa Fonseca, da Prefeitura Municipal de Porto Velho, com o tema *“Porto Velho, cidade informal: um caso sobre ocupação urbana espontânea na Amazônia”*, abordará questões sobre a urbanização extensiva e a expansão fundiária do núcleo urbano do município de Porto Velho, a qualidade atribuída à utilização das terras e a dinâmica sócioespacial de sua ocupação, questionando o modo como se deu tal configuração.

Na terceira apresentação, Antonio Balau, do Conselho dos Arquitetos-RO, discutirá o tema *“Mobilidade em Porto Velho, o que estamos perdendo?”*, identificando, no processo da



urbanização do município, as características e entraves relacionados ao transporte que sejam típicas de uma cidade amazônica.

Prosseguindo, Regina Morão, da Universidade São Lucas, irá expor um tópico voltado para a construção - *“Bioconstrução: uma ressignificação arquitetônica na região amazônica”*, sob o prisma da arquitetura bioclimática e sua potência como elemento de identificação das técnicas tradicionais regionais.

Como palestra conclusiva, um tema que norteia todas as palestras anteriores, a exposição de Emanuel Meirelles, secretário-executivo do ConCidade, apresentará *“O processo democrático no resgate do espaço urbano”*, que nos remete aos direitos e processos democráticos fundamentais na construção de uma cidade – discussão ímpar em um momento em que se questiona a permanência do Conselho das Cidades, e cujo processo de resistência nos possibilita aspirar a um novo ideal de espaço construído.

O CUSTO AMAZÔNIA E A SUPRESSÃO DE DIREITOS TERRITORIAIS

Luiz Fernando Novoa Garzon (Universidade Federal de Rondônia)

A região amazônica tem cumprido um rebaixado papel de suporte e aprofundamento do padrão de especialização produtiva notabilizado pelo uso intensivo de recursos naturais, pela flexibilização de direitos territoriais e de normativas ambientais e pela precarização e desvalorização da força de trabalho. Em síntese, a região foi posta a serviço de sua negação. Não casualmente, os setores considerados carros-chefe desse modelo - a indústria extrativa mineral, o agronegócio e a infraestrutura dedicada ao escoamento de *commodities*- estão fortemente ancorados na Amazônia e estão em contínua expansão. A Amazônia foi se incumbindo de “funções” agropecuárias e minerais crescentes, na sequência da marcha para o (centro) oeste. A consolidação das fronteiras agrícola, mineral e energética na Amazônia, décadas depois expressa como se deu o processo de homogeneização do espaço econômico do país por meio da garantia de dilatação das taxas de lucro nas margens, nos espaços periféricos subalternizados. Evoluímos assim de um “colonialismo interno” em que a Ditadura empresarial-militar de 1964 procurava incorporar a Amazônia à estrutura produtiva do centro-sul do país por meio de obras viárias e de incentivos fiscais, para a condição de franja auxiliar do processo expansivo das cadeias transnacionais de valorização do capital.

PORTO VELHO, CIDADE INFORMAL: UM CASO SOBRE OCUPAÇÃO URBANA ESPONTÂNEA NA AMAZÔNIA.

Diogo Henrique Costa Fonseca (Prefeitura Municipal de Porto Velho)

As terras que compõem o núcleo urbano do Município de Porto Velho consolidaram-se à margem do ordenamento territorial formalmente instituído, e sua estrutura fundiária urbana, pelo que se pressupõe, advém de uma formação informal e espontânea. A descontinuidade entre as diferentes etapas de povoamento, motivadas pelas políticas de desenvolvimento programadas regionalmente e a forma com que, de fato, foram implantados os assentamentos sobre o núcleo urbano de Porto Velho, também são exemplos da complexidade refletida no desenvolvimento da estrutura fundiária. Além disso, a



dinâmica ocupacional que consolidou a cidade, baseou-se em um modelo de povoamento controlado, consubstanciado por uma consecução de projetos estatais e pela implantação de obras de infraestrutura na Amazônia.

Nesse sentido, a apresentação se reporta à análise do processo de urbanização a partir dos primeiros conflitos identificados sobre a feição das terras, desde o surgimento da vila até a consolidação da cidade, alcançando fatos recentes, como o regime de exceção e exclusão sobre o perímetro urbano, oficialmente demarcado na década de 70.

VILA PRINCESA, O ESPAÇO POSSÍVEL: O ENSEJO DE UM OLHAR TRANSFORMADOR EM UMA OCUPAÇÃO INFORMAL NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.

Carla Tames Alvarez (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia – CAU/RO / Faculdades Integradas Aparício Carvalho – FIMCA)

A comunidade de Vila Princesa surgiu há mais de vinte anos, e se localiza a cerca de 15 km do centro de Porto Velho, às margens da BR-364, ao lado do lixão de Porto de Velho (Lixão da Vila Princesa, como é conhecido). Moram, lá, aproximadamente, 350 famílias, entre elas, podemos observar muitos catadores.

A situação das moradias é precária, assim como as condições em seu entorno, e seus habitantes, em sua maioria, fazem, diariamente, do lixo, o seu sustento. Ao visitar o terreno e conhecer as famílias, foi elaborado um projeto de extensão junto à universidade, considerando a importância do conhecimento local assim como a possibilidade de trazer aos moradores locais a oportunidade de trabalharem a percepção do local que habitam. O maior desafio atual ocorre em função da discussão sobre a desativação do atual lixão e a instalação de um aterro sanitário, pois a comunidade não deseja sair do local e dar continuidade ao trabalho local de reciclagem.

Buscar a valorização da imagem de uma comunidade, que sempre esteve, desde seu início, associada a uma vida de pobreza expressada através da fragilidade social e ambiental é o maior objetivo do projeto.

MOBILIDADE EM PORTO VELHO: O QUE ESTAMOS PERDENDO?

Antônio Balau (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia – CAU-RO / Faculdades Integradas Aparício Carvalho-FIMCA)

Porto Velho nasceu em função do seu primeiro modal, o Rio Madeira, e teve seu processo continuado pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Porém, com o avançar de uma urbanização desenfreada, se perdeu justamente aquilo que lhe é mais significativo – o contato com o rio e com os igarapés. A Estrada (antiga Madeira-Mamoré Railway), desativada, construída às margens do Rio Madeira, para o escoamento da borracha e de outras mercadorias, foi planejada em função da potencialidade que se visualizou no transporte fluvial. Atualmente, o rio parece ser desconsiderado como transporte modal e são

muitos os problemas que se enfrentam a partir dessa lacuna. Na região Norte, os rios são responsáveis pela conexão entre os centros urbanos, o interior e as regiões ribeirinhas.

A mobilidade urbana nas regiões amazônicas, e aqui, em Porto Velho, se apresenta como um dos principais problemas a serem superados, especialmente se considerarmos a incoerência de seu planejamento urbano quando comparado ao seu crescimento demográfico acelerado. A ausência de uma infraestrutura de transportes de qualidade acaba prejudicando o desenvolvimento social do município, pois impede a inserção da população no contexto urbano, entendo que a mobilidade deve ser um instrumento de inclusão social.

BIOCONSTRUÇÃO: UMA RESSIGNIFICAÇÃO ARQUITETÔNICA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Regina Morão (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de
Rondônia – IFRO / Centro Universitário São Lucas-UniSL)

Na Amazônia, os processos da ocupação territorial são responsáveis pelo forte impacto na esfera socioambiental e pelo esgotamento, cada vez mais agudo, de seus recursos naturais. Nesse sentido, o projeto “Terra Cura”, desenvolvido em Porto Velho, em uma área de reflorestamento na Jerusalém da Amazônia, tem por finalidade a construção de uma sede a partir da utilização de matérias-primas locais e reutilização de materiais descartados pela construção civil. O projeto divulga e incentiva a técnica da bioconstrução, da arquitetura orgânica e bioclimática, fundamentais tanto quando considerada a perspectiva da assistência técnica (a viabilidade da autogestão/autoconstrução), da preservação da identidade das comunidades locais, tanto quanto examinado o contexto de intensificação do processo de urbanização amazônico e do impacto ambiental e social.

No projeto, estão envolvidos profissionais da engenharia e da arquitetura, que se dedicam a disseminar o conhecimento por intermédio de atividades práticas e educacionais. A arquitetura, elemento fundamental do espaço e da paisagem na compreensão da constituição das populações locais, aqui, nos possibilita o entendimento da maneira como a arquitetura vernacular se estabelece, tendo como elemento norteador a variação climática e a relação das comunidades ribeirinhas com o rio.

O PROCESSO DEMOCRÁTICO NO RESGATE DO ESPAÇO URBANO: O PAPEL DO CONSELHEIRO NO CONCIDADE

Emanuel Meirelles (Conselho Municipal da Cidade de Porto Velho
-ConCidade)

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou o documento de estudos de número 109 intitulado “O solo urbano e a urgência da paz”. O documento trata sobre o direito à cidade, faz uma análise sobre a atual situação das cidades brasileiras e aponta caminhos para o resgate do espaço urbano como um ambiente de paz, diálogo e garantia dos direitos básicos para uma vida digna em cidades sustentáveis. Porto Velho está vivenciando o processo de revisão do seu Plano Diretor Municipal, e, por isso, este é um momento oportuno para cidadãos e cidadãs debaterem e apresentarem propostas de

moradia digna, saneamento básico, transporte público, meio ambiente, espaços comunitários, dentre outras políticas públicas. Olhando o atual cenário das cidades, pode-se afirmar que sem um bom planejamento urbano e participativo, onde a pluralidade da sociedade é ouvida, considerada e ao mesmo tempo partícipe de sua gestão, não será possível a existência de cidades inteligentes, democráticas, inclusivas, justas e sustentáveis. Portanto, a palestra aqui se apresenta no sentido de se analisar e debater a questão da participação popular na revisão dos planos municipais diretores.